

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007655-98.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Claudinete Benedita da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**CLAUDINETE BENEDITA DA SILVA** ajuizou Ação **DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 11/10/2015, do qual sofreu fraturas e lesões que resultaram sua incapacidade definitiva. Alegou que a requerida já realizou o pagamento do montante de R\$ 1.687,500. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença do valor que já recebeu administrativamente, ou seja, 11.812,50.

Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando que a autora não comprovou a incapacidade e que já efetuou o


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento da indenização a que a autora faz jus, conforme confessado por ela na própria inicial. Culminou por pedir a total improcedência do pedido contido na portal.

Sobreveio réplica às fls. 106 e ss.

Designada perícia o laudo foi encartado a fls. 246/248 e complementado às fls. 268/269.

As partes se manifestaram às fls. 273/274 e 275/276.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 11/10/2015.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 11/10/2015, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 246/248, complementado a fls. 268/269, revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 6,25%, ou seja, uma incapacidade laboral parcial e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

definitiva.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 1.687,50, não tem ele qualquer direito à complementação, uma vez que 6,25% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem a R\$ 843,75.

Ou seja, o valor recebido pelo autor administrativamente é superior ao percentual apurado pelo laudo pericial.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno o autor no pagamento das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios que fixo em R\$ 937,00. Arcará, ainda, com os honorários do louvado oficial, já desembolsados pela requerida. Deve ser observado, no entanto, o parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

**P.R.I.**

São Carlos, 22 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**